

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação

Valdenio Mendes de Souza

**DIFICULDADES E DESAFIOS DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS (EJA) NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DIGITAL**

Diamantina

2024

Valdenio Mendes de Souza

**DIFICULDADES E DESAFIOS DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS (EJA) NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DIGITAL**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título Especialista.

Orientador: Prof. Everton Luiz de Paula

Diamantina

2024

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

538Mendesd MENDES DE SOUZA, VALDENIO
2024 DIFICULDADES E DESAFIOS DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO
DIGITAL [manuscrito] / VALDENIO MENDES DE SOUZA. --
Diamantina, 2024.
42 p. : il.

Orientadora: Prof.^a Everton Luiz de Paula.
Coorientador: Prof. Simone Grace de Paula .
Coorientador: Prof. Jonathan Lúcio Vieira .

Monografia (Especialização em Educação em Direitos
Humanos) -- Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri, Curso de Especialização em
Educação em Direitos Humanos, Diamantina, 2024.

1. Trajetória Histórica da Educação de Jovens e
Adultos. 2. Integração da Educação Digital nas Turmas
da EJA: Desafios e Oportunidades.. 3. Desenvolvimento
de Alfabetização e Letramento Digital na EJA. 4. Paulo
Freire e as interfaces entre a EJA e as Novas Demandas
Tecnológicas. 5. Educação de Jovens e Adultos diante
dos Desafios da Era Digital. I. Luiz de Paula, Everton
. II. Grace de Paula , Simone . III. Lúcio Vieira ,
Jonathan . IV. Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri. V. Título.

Valdênio Mendes de Souza

**DIFICULDADES E DESAFIOS DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO
CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DIGITAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte
dos requisitos exigidos para a obtenção do título de
especialista em Educação em Direitos Humanos.

Orientador(a): Everton Luiz de Paula

Data de aprovação 26/08/2024

Prof. Everton Luiz de Paula
Diretoria de Educação Aberta e a Distância - UFVJM
Orientador(a)

Prof. Simone Grace de Paula
Diretoria de Educação Aberta e a Distância - UFVJM
Membro interno DEAD - UFVJM

Prof. Jonathan Lúcio Vieira
Departamento de Odontologia - UFVJM
Membro externo DEAD - UFVJM

Diamantina

Agosto de 2024



Documento assinado eletronicamente por **Everton Luiz de Paula, Docente**, em 26/08/2024, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Simone Grace De Paula, Servidor (a)**, em 26/08/2024, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1515476** e o código CRC **E362FF6C**.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus e à minha família, em especial à minha esposa Jeovânia Mariano Mendes e ao meu filho Mateus Mariano Mendes, que são minha base e meu porto seguro.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus pela força e sabedoria ao longo desta jornada acadêmica. Agradeço também à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) pelo vasto conhecimento compartilhado através do Programa de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos. Minha gratidão se estende ao Professor Orientador do TCC, Everton Luiz de Paula, pela sua incansável dedicação, orientação valiosa e apoio constante ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Além disso, agradeço profundamente à minha família, em especial à minha esposa Jeovânia Mariano Mendes e ao meu filho Mateus Mariano Mendes, pelo amor, apoio e compreensão incondicionais durante todo o processo.

“Se os direitos políticos podem ser usados para enraizar e solidificar as liberdades pessoais assentadas no poder econômico, dificilmente garantirão liberdades pessoais aos despossuídos, que não têm direito aos recursos sem os quais a liberdade pessoal não pode ser obtida nem, na prática, desfrutada” (Bauman, 2007).

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma política educacional crucial no Brasil, abordando as necessidades de quem interrompeu sua educação básica. O aumento das matrículas reflete tanto a demanda crescente quanto o reconhecimento da importância da educação contínua para o desenvolvimento socioeconômico. Amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e o Plano Nacional de Educação (PNE), a EJA assegura oportunidades educacionais inclusivas. A integração das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) na EJA enfrenta desafios devido às disparidades de acesso e habilidades tecnológicas. A falta de acessibilidade tecnológica impacta negativamente a inclusão digital e aumenta as desigualdades. O objetivo desta monografia é identificar e analisar as dificuldades e os desafios dos estudantes da EJA no contexto da educação digital, abordando as seguintes seções: Trajetória Histórica da Educação de Jovens e Adultos; Integração da Educação Digital nas Turmas da EJA: Desafios e Oportunidades; Desenvolvimento de Alfabetização e Letramento Digital na EJA; Paulo Freire e as interfaces entre a EJA e as Novas Demandas Tecnológicas; Educação de Jovens e Adultos diante dos Desafios da Era Digital; e Educação de Jovens e Adultos e a Promoção dos Direitos Humanos. A pesquisa utiliza o método qualitativo com estudo bibliográfico.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Educação Digital. EJA. TDICs.

ABSTRACT

Adult and Youth Education (EJA) is a crucial educational policy in Brazil, addressing the needs of those who have interrupted their basic education. The increase in enrollments reflects both the growing demand and the recognition of the importance of continuous education for the country's socioeconomic development. Supported by the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDBEN) and the National Education Plan (PNE), EJA ensures inclusive educational opportunities. The integration of Digital Information and Communication Technologies (TDICs) in EJA faces challenges due to disparities in access and technological skills. The lack of technological accessibility negatively impacts digital inclusion and increases inequalities. The objective of this monograph is to analyze the difficulties and challenges faced by EJA students in the context of digital education, addressing the following sections: Historical Trajectory of Adult and Youth Education; Integration of Digital Education in EJA Classes: Challenges and Opportunities; Development of Digital Literacy in EJA; Paulo Freire and the Interfaces between EJA and New Technological Demands; Adult and Youth Education Facing the Challenges of the Digital Era; and Adult and Youth Education and the Promotion of Human Rights. The research uses the qualitative method with a bibliographic study.

Keywords: Human Rights, Digital Education, EJA, TDICs.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sala de Aula da Educação de Jovens e Adultos.....	23
Figura 2 - Cronologias da EJA.....	25
Figura 3: Sem internet não se pode estudar.....	26
Figura 4 - Paulo Freire.....	30
Figura 5: Legislação EJA EAD.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF - Constituição Federal

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EJATEC - Programa de Educação de Jovens e Adultos

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Educação

MOVA - Movimento de Alfabetização

ONGs - Organizações Não-Governamentais

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão De Jovens

SEDUC - Secretaria de Educação

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESC - Serviço Social do Comércio

TDICs - Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1 Trajetória Histórica da Educação de Jovens e Adultos.....	20
2.2 Integração da Educação Digital nas Turmas da EJA: Desafios e Oportunidades.....	25
2.3 Desenvolvimento de Alfabetização e Letramento Digital na EJA.....	28
2.4 Paulo Freire e as interfaces entre a EJA e as Novas Demandas Tecnológicas.....	30
2.5 Educação de Jovens e Adultos diante dos Desafios da Era Digital.....	32
2.6 Educação de Jovens e Adultos e a Promoção dos Direitos Humanos.....	33
2.7 Concepções contemporâneas das Dificuldades e Desafios da EJA na Era Digital: A Evolução das Tecnologias no Processo de Ensino-aprendizagem.....	35
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) emerge como uma política educacional fundamental no contexto brasileiro, respondendo às demandas de uma população que, por diversas razões, viu-se obrigada a interromper seu processo educacional antes de completar a Educação Básica. O aumento expressivo na oferta de matrículas nessa modalidade reflete não apenas a necessidade de atender a essa clientela em crescimento, mas também o reconhecimento da importância da educação continuada para o desenvolvimento social e econômico do país.

A crescente demanda por matrículas nesta modalidade de ensino reflete não apenas uma lacuna no sistema educacional, mas também a urgência de atender às necessidades de uma parcela significativa da população brasileira. A interrupção precoce da educação formal não apenas limita as perspectivas individuais, mas também impacta negativamente o desenvolvimento socioeconômico do país como um todo. Portanto, investir na educação desses jovens e adultos não apenas representa um imperativo ético, mas também uma estratégia essencial para promover a inclusão social e reduzir as desigualdades.

Diante deste cenário educacional surge a Educação Digital por meio das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação - TDICs como mais uma ferramenta metodológica de suporte no processo de ensino aprendizagem. A integração das TDICs no processo educacional tem sido cada vez mais reconhecida como uma ferramenta crucial para aprimorar o ensino e a aprendizagem, especialmente no contexto da EJA. No entanto, essa abordagem enfrenta uma série de desafios que refletem as disparidades socioeconômicas e as limitações de acesso tecnológico em diferentes segmentos da população.

E nesse contexto, a rápida evolução tecnológica na sociedade contemporânea trouxe consigo um conjunto de divergências e desafios no que diz respeito à integração das TDICs na educação. Entre esses desafios, destacam-se o analfabetismo digital e a falta de acessibilidade aos recursos tecnológicos contemporâneos. Em um mundo cada vez mais digitalizado, a falta de habilidades tecnológicas e o acesso limitado à internet e dispositivos eletrônicos representam barreiras significativas para a participação plena na sociedade e no mercado de trabalho.

Além disso, a falta de habilidades digitais e o acesso limitado à tecnologia afetam negativamente a inclusão digital e exacerbam as desigualdades socioeconômicas. Em muitos casos, a falta de acesso à internet e dispositivos eletrônicos é atribuída à sua alta taxa de custo, o que torna esses recursos inacessíveis para uma parte significativa da população. Como

resultado, há uma parcela considerável da sociedade que não está totalmente inserida no contexto tecnológico, enfrentando dificuldades para acompanhar as inovações e participar plenamente da sociedade digital.

No contexto da EJA, a integração das TDICs apresenta desafios adicionais. Os estudantes adultos muitas vezes enfrentam dificuldades para se adaptar ao uso das tecnologias digitais devido à falta de experiência prévia e à barreira linguística. Além disso, os professores enfrentam o desafio de guiar os estudantes no aprendizado utilizando as TDICs, mas muitas vezes enfrentam falta de preparo e recursos adequados para implementar efetivamente essas ferramentas no ambiente educacional. Diante disso, justifica-se pelo fato de termos uma população que não está totalmente inserida no contexto tecnológico, ou seja, que não acompanha as inovações cotidianas. Infelizmente, em pleno século XXI temos casos de sociedades que não têm acesso à internet, impactando muito nos fatores socioeconômicos do país a exemplo: renda familiar, expectativa de vida, renda nacional bruta, qualidade de vida e acesso ao consumo e a taxa de analfabetismo.

Por oportuno, merece ênfase a falta de acessibilidade aos recursos tecnológicos contemporâneos, que nos países que possuem baixo desenvolvimento econômico e social é muito recorrente, a exemplo nas escolas públicas, onde é notável que há uma geração que absorve conhecimento através de ferramentas digitais. E nesse cenário tecnológico, há um desafio especial a ser vencido, o professor passa a ter responsabilidade em guiar os discentes ao aprendizado utilizando as TDICs, e ele deve estar preparado e atualizado quanto ao uso das ferramentas mais eficientes no que se fala em ensino aprendizagem, contudo observamos a falta de incentivo em relação a essa proposta, tornando inviável ao educando a acessibilidade às ferramentas tecnológicas, que são importantes para o contexto educacional.

Sendo assim, a sociedade mais carente em acessibilidade fica à mercê de um desenvolvimento tecnológico limitado, devido à falta de preparação por parte de uma gestão governamental, tornando o país cada vez mais defasado no campo da educação, economia e cultura. Diante desse cenário, o objetivo geral desta monografia é identificar e analisar os desafios enfrentados pelos estudantes da Educação de Jovens e Adultos no contexto da Educação Digital. Especificamente, para desenvolvimento, serão abordadas as seguintes seções no Referencial Teórico: Trajetória Histórica da Educação de Jovens e Adultos; Integração da Educação Digital nas Turmas da EJA: Desafios e Oportunidades; Desenvolvimento de Alfabetização e Letramento Digital na EJA; Paulo Freire e as interfaces entre a EJA e as Novas Demandas Tecnológicas; Educação de Jovens e Adultos diante dos Desafios da Era Digital; e Educação de Jovens e Adultos e a Promoção dos Direitos Humanos.

A discussão se faz por meio da revisão de literatura, agregando informações relevantes ao tema, fundamentando-se em autores e obras consagradas diretamente relacionadas ao estudo. Dessa forma, espera-se oferecer uma compreensão abrangente e detalhada do tema, contribuindo para futuros estudos e práticas na área. Além disso, para metodologia, essa investigação utiliza uma abordagem de natureza qualitativa através de um estudo bibliográfico, analisando publicações em anais de periódicos, artigos científicos, monografias, dissertações, teses, assim como livros, revistas e diversos sites da internet relacionados ao tema abordado.

Para a conclusão, será realizada uma análise geral do trabalho, destacando os principais pontos abordados e examinando os desafios específicos da EJA na era digital e sua relação com a promoção dos direitos humanos. Por meio de uma visão abrangente e detalhada dos principais obstáculos e potenciais soluções para a melhoria da EJA no cenário digital contemporâneo e discutidas no Referencial Teórico, contribuindo para a formulação de políticas educativas mais eficazes e inclusivas. Além disso, espera-se que as recomendações propostas possam servir de base para futuras pesquisas e práticas pedagógicas inovadoras, visando um impacto positivo e duradouro na educação de jovens e adultos no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Trajetória Histórica da Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma importante modalidade de ensino, sendo necessário compreender seu contexto histórico para entender melhor a construção desse processo pedagógico. Ela teve início no Brasil Colônia, com a chegada dos padres jesuítas por volta de 1549. Contudo, havia um foco bíblico, denominado catequese, que visava, ao mesmo tempo, alfabetizar e implantar uma cultura europeia nos nativos. Ribeiro (2007) relata que:

A intenção dos Jesuítas era primeiramente catequizar e depois instruir os índios, porém só por haver esses profissionais de educação, esses ensinamentos se estenderam para os negros, mestiços e brancos da então Colônia, grupos esses separados por objetivos diversos, ou seja, diferenciava apenas o objetivo para cada grupo social (Ribeiro, 2007, p. 32).

Shigunov Neto e Maciel (2008) complementam ao afirmar que:

Seu papel na sociedade portuguesa da época foi fundamental, pois cabia a eles propiciar as condições necessárias para educar os grupos sociais menos favorecidos da população. Portanto, sua obra tornava-se uma atividade de caridade. Portanto, o ensino jesuítico, no início de suas atividades, não era um ensino para todos e sim para uma pequena parcela da população, pois destinava-se exclusivamente a ensinar os “ignorantes” a ler e escrever (Shigunov Neto; Maciel, 2008, p. 172).

No decorrer das décadas de 1880 a 1920, durante o Império Brasileiro, cerca de 80% da população era analfabeta, e a educação ainda não tinha o seu espaço. Para as classes pobres e desfavorecidas, o ato de ler e escrever não tinha muita importância. Contudo, neste período foi criada a Lei Saraiva, de 1882, que proibia o voto de analfabetos. Cunha (2022) descreve os seguintes registros:

No Brasil Império, houve um avanço significativo da educação primária, sob a responsabilidade das províncias, porém o acesso ainda era para poucos, e este fato não teve muitas mudanças durante a República Velha, registrando pouco avanço e investimento nesta área, porém durante a Primeira Guerra Mundial, cresceu um enorme movimento mundial pela erradicação do analfabetismo, e tendo grande impacto após o término da Segunda Guerra Mundial, com as ideias de democratização, e trazendo uma forte influência para o nosso País (Cunha, 2022, p.10).

A partir de 1940, surgem as primeiras campanhas de alfabetização de cunho nacional, que incluíam também a população do meio rural. Entre essas campanhas destacam-se: a CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, a CNER - Campanha Nacional de

Educação Rural, e a CNEA - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Essas iniciativas foram essenciais para reduzir o índice de analfabetismo no país e promover a inclusão social e educacional. Além disso, essas campanhas ajudaram a preparar a população rural para as transformações socioeconômicas que ocorreriam nas décadas seguintes. Elas também serviram como modelo para programas de alfabetização futuros, influenciando políticas públicas voltadas para a educação em diversas regiões do Brasil.

Entre as décadas de 50 e 60, começaram a surgir movimentos populares inspirados nas ideias de Paulo Freire, com o apoio da Igreja Católica, artistas e estudantes. Esses grupos se reuniam em prol de melhorias para o país, pois, naquele momento, em média 50% da população era considerada analfabeta. As políticas públicas não alcançavam a todos, e, por causa disso, metade da população não podia participar das votações, já que os analfabetos eram proibidos de votar. Além disso, essas campanhas ajudaram a preparar a população rural para as transformações socioeconômicas que ocorreriam nas décadas seguintes. Elas também serviram como modelo para programas de alfabetização futuros, influenciando políticas públicas voltadas para a educação em diversas regiões do Brasil. Cunha (2022) enfatiza que:

É importante relatar a grande influência e contribuição do Patrono da Educação (Paulo Freire), nas décadas de 1940 e 1960, e dos grandes movimentos Brasileiros Pró-educação que ocorreram no século XX, como: O Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que ocorreu em 1961, O Movimento de Cultura Popular do Recife (a partir de 1961), e a criação dos Centros Populares de Cultura, órgãos culturais da UNE - União Nacional dos Estudantes (Cunha, 2022, p.10).

A Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985) foi um marco na nossa história, e durante este período a educação também não proporcionou muitos avanços. Havia uma grande ênfase na educação militar nas escolas e os Testes de ABC, compostos por oito provas, eram utilizados para classificar os estudantes como Apto ou Inapto. Esses Testes ABC estiveram presentes no Brasil de 1920 a 1970. Além disso, a censura e a repressão limitaram a liberdade acadêmica e o desenvolvimento de um pensamento crítico nas instituições educacionais. As reformas educacionais durante este período focaram em formar mão-de-obra para o mercado, em detrimento de uma formação mais abrangente e humanística.

Com o passar dos anos, a industrialização começou a ganhar força no Brasil. Embora ainda estivesse em seu início e sem muita intensidade, já se percebia a necessidade de mão-de-obra qualificada e de educação profissional. Havia uma demanda crescente por ensino de nível técnico para formar trabalhadores capazes de operar grandes máquinas em um curto espaço de tempo. O governo, então, começou a investir na criação de escolas técnicas e institutos de

formação profissional. Essas instituições visavam atender às exigências do mercado industrial, promovendo cursos voltados para a prática e a aplicação imediata no setor produtivo. Assim, o país buscava acelerar seu desenvolvimento econômico e tecnológico, acompanhando as tendências mundiais de industrialização.

Com isso, cresceu cada vez mais a necessidade de implantar um sistema público e gratuito voltado para as pessoas menos favorecidas e que não tiveram a oportunidade de estudar. Assim, em 1967, foi criado o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Este projeto, de modelo supletivo, tinha um forte enfoque na alfabetização e inclusão social, principalmente no meio rural. Inicialmente, o MOBRAL sofreu forte influência dos pedagogos que atuavam durante o período da Ditadura Militar. Com o tempo, o programa buscou adaptar suas metodologias para alcançar melhores resultados, incorporando práticas pedagógicas mais modernas. Apesar das críticas, o MOBRAL desempenhou um papel importante na redução do analfabetismo no Brasil.

Em 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal Brasileira, que garantiu o direito à educação para todos. Diante disso, o processo educacional começou a ganhar força, contando com o apoio das universidades, ONGs (Organizações Não-Governamentais), institutos, poder público e sociedade civil, entre outros. Essas entidades começaram a discutir os caminhos para proporcionar uma educação de qualidade e igualitária para todos. Nesse contexto, surgiu o MOVA (Movimento de Alfabetização), que adotou práticas pedagógicas voltadas para a educação popular. O MOVA teve um impacto significativo na promoção da inclusão educacional e na capacitação de educadores em metodologias participativas. O movimento ajudou a fortalecer a ideia de que a educação deve ser um direito acessível a todos, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica.

Na década de 1990, houve um grande número de pessoas que abandonaram a escola sem concluir o Ensino Básico. Para minimizar essa realidade, foram pensadas várias estratégias, e o projeto que mais obteve aceitação no cenário escolar foi a EJA (Educação de Jovens e Adultos). A EJA se destacou principalmente por sua metodologia diferenciada e estrutura curricular, permitindo que o aluno concluísse dois anos/séries de escolaridade em apenas um ano. Dessa forma, cada semestre letivo contabilizava um ano escolar, possibilitando a conclusão do Ensino Médio em apenas um ano e meio. A EJA foi amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), estabelecida pela Lei 9394/1996. Além disso, a EJA ofereceu flexibilidade de horários e adaptou-se às necessidades dos alunos adultos, promovendo uma maior inclusão educacional. O sucesso desse modelo ajudou a consolidar a EJA como uma alternativa importante para a conclusão dos estudos básicos e médios.

Figura 1 - Sala de Aula da Educação de Jovens e Adultos



Fonte: Disponível em: <https://ensinomedioonline.com.br/eja-educacao-de-jovens-e-adultos-aprenda-como-funciona/>. 2024.

A Figura 1 retrata uma sala de aula da EJA. No Brasil, amparada pela legislação nacional, a EJA surge como uma política pública essencial para garantir o acesso de todos os cidadãos à educação básica, respaldada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), instituída pela Lei nº 9.394/96. Essa legislação reconhece a necessidade de oferecer oportunidades educacionais a todos, independentemente de idade ou condição socioeconômica, assegurando o direito à educação ao longo da vida. Além disso, está em consonância com as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), que visam eliminar o analfabetismo e promover a universalização do acesso à educação básica. A Constituição Federal de 1988 estabelece que:

Art. 37 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

ART. 38 – Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudo em caráter regular.

§ 1º os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I. no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II. no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

A Constituição Federal, em seus artigos 37 e 38, atribui ao Estado a responsabilidade de garantir o ingresso e a permanência dos estudantes na escola, assegurando o acesso universal à educação. Nesse sentido, surgem medidas essenciais para cumprir esse mandato constitucional, oferecendo oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento pessoal e profissional a todos. Além disso, essas medidas buscam reduzir desigualdades educacionais e garantir que todos os cidadãos tenham acesso a uma educação de qualidade. A implementação eficaz dessas políticas é crucial para promover a equidade e o progresso social.

O art. 205 da Constituição Federal de 1988 complementa: "A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." Esse artigo reforça a importância da educação como um bem público essencial para o desenvolvimento individual e social. Ele destaca a responsabilidade compartilhada entre o Estado, a família e a sociedade na promoção de um ambiente educacional que prepare os cidadãos para enfrentar desafios e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A colaboração entre esses atores é fundamental para garantir a eficácia das políticas educacionais e o acesso universal à educação de qualidade.

Mas a vulnerabilidade social enfrentada por esses indivíduos os coloca em uma situação de desvantagem tão grande que promove a mitigação e a evasão escolar, privando-os do acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Nesse contexto, entra a EJA, que é especificamente voltada para um público diverso composto por homens, mulheres, trabalhadores/as empregados/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego, filhos, pais e mães; moradores urbanos de periferias, comunidades e vilas. A EJA busca, portanto, oferecer uma alternativa viável para a educação daqueles que foram historicamente excluídos do sistema educacional tradicional. Seu objetivo é proporcionar uma segunda chance de aprendizado e inserção social, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades. Para Oliveira (1999)

O adulto, para a EJA, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização, ou a pessoa adulta interessada em aperfeiçoar seus conhecimentos em áreas como artes, línguas estrangeiras ou música. E o jovem, relativamente recentemente incorporado ao território da antiga educação de adultos, não é aquele com uma história de escolaridade regular, o vestibulando ou o aluno de cursos extracurriculares em busca de enriquecimento pessoal. Não é também o adolescente no sentido naturalizado de pertinência a uma etapa biopsicológica da vida (Oliveira, 1999, p. 50).

Nos anos seguintes, foram criados novos programas visando erradicar o analfabetismo no país e oportunizar às pessoas que, em algum momento, foram excluídas, não tiveram oportunidade de estudar ou abandonaram os estudos por motivos pessoais. Entre esses programas estão o Programa Brasil Alfabetizado, lançado em 2003, e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), que inclui o PROJOVEM URBANO e o PROJOVEM CAMPO. Além disso, foi criado o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). Essas iniciativas têm como objetivo promover a inclusão educacional e social, oferecendo oportunidades de aprendizagem para todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica ou histórico educacional.

Muito adequado aos tempos atuais, Freire (1997, p. 81) afirmava que “aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação dinâmica que vincula a linguagem à realidade”. Sabemos que ele fez exatamente o que pregava e o fez muito bem. Sua abordagem inovadora revolucionou o conceito de alfabetização ao enfatizar a importância da consciência crítica e do engajamento com a realidade social. Freire acreditava que a educação deveria ser um processo de transformação, promovendo a autonomia e a capacidade de questionar e modificar o mundo ao redor. Seu trabalho continua a influenciar a educação para a cidadania e o empoderamento social em diversas partes do mundo. A figura 2 apresenta a cronologia da EJA no Brasil.

Figura 2 - Cronologias da EJA.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

2.2 Integração da Educação Digital nas Turmas da EJA: Desafios e Oportunidades

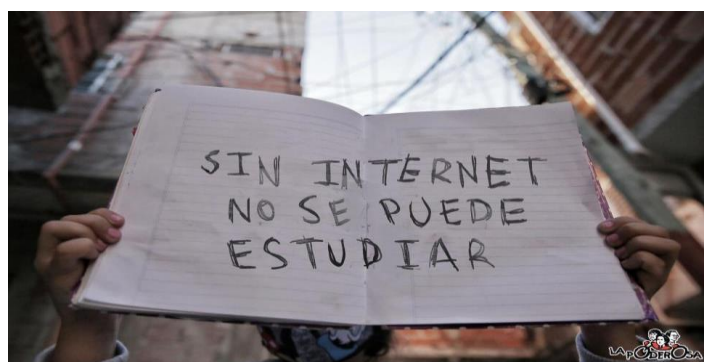
O termo "Educação Digital" ainda é inovador para muitas pessoas, uma vez que o uso das ferramentas digitais está se tornando cada vez mais fundamental no processo de ensino-

aprendizagem, desde a escolha da metodologia a ser adotada até a sua integração no cenário pedagógico. Essa transformação requer uma adaptação tanto dos educadores quanto dos alunos, que precisam se familiarizar com novas tecnologias e abordagens pedagógicas. Além disso, a Educação Digital oferece oportunidades para personalizar o aprendizado e promover uma maior interatividade, preparando os estudantes para um mundo cada vez mais digital e conectado.

As tecnologias utilizadas em nosso cotidiano são fundamentais para as relações humanas. O modo de viver da sociedade contemporânea é guiado por algoritmos estabelecidos para o nosso modo de consumo. É comum frequentarmos plataformas de vendas online para adquirir produtos variados, tudo isso graças aos provedores de Internet que capturam dados de acesso do usuário. Um outro exemplo é a empresa de tecnologia Google, que mantém seu histórico de navegação e movimentações de compras salvos em seus bancos de dados e repassa essas informações para empresas de vendas online.

Estas, por sua vez, selecionam os produtos mais acessados pelo usuário e criam notificações que se apresentam nos sites frequentados pelos consumidores. Os dados são privados e estão resguardados pela política de privacidade da empresa, mas de certa forma invadem a privacidade das pessoas. A nova Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) entrou em vigor a partir de agosto de 2021 e tem como objetivo proteger os dados coletados por empresas públicas e privadas, garantindo a privacidade e a segurança das informações pessoais dos cidadãos.

Figura 3: Sem internet não se pode estudar



Fonte: <https://www.eldiario24.com/nota/argentina/456688/garganta-poderosa-denuncio-inaccion-estado-falta-conectividad-internet.html>. 2024.

A figura 3 destaca a frase "Sem internet não se pode estudar" na qual reflete uma realidade crescente, destacando a dependência da conectividade na educação moderna. A internet oferece

acesso a uma vasta gama de recursos educacionais, plataformas de ensino, aulas online e bibliotecas virtuais, fundamentais para a continuidade dos estudos e a realização de pesquisas. No entanto, essa dependência também expõe a desigualdade digital, onde a falta de acesso à internet e a infraestrutura inadequada criam barreiras significativas para muitos estudantes, especialmente em regiões menos desenvolvidas. As disparidades socioeconômicas agravam essa situação, tornando a educação um desafio para famílias de baixa renda. Para enfrentar esses desafios, é crucial investir em infraestrutura digital, promover programas de inclusão, e explorar tecnologias alternativas, como rádio e televisão educativa. A combinação de ensino presencial e online pode ser uma solução adaptativa, mas o acesso à internet de qualidade permanece essencial para garantir que todos os estudantes tenham as ferramentas necessárias para aprender e prosperar.

A falta de contato dos estudantes que participam do programa EJA com as ferramentas tecnológicas atuais é um problema que vem sendo discutido e demonstra como a sociedade ainda está vulnerável a esse tipo de acesso. Mesmo tendo acesso às ferramentas digitais contemporâneas, como os estudantes do EJA podem ser inseridos dentro desse contexto tecnológico? Quais as dificuldades e soluções para a utilização dessa forma de ensino? Observa-se que a maioria dos alunos que estudam via a modalidade a distância são trabalhadores e passam por exaustivas cargas horárias de trabalho. Moraes (1999) relata que

(...) é preciso formar os indivíduos para uma nova cidadania, que possam ser capazes de participar efetivamente da vida social e política, assumindo tarefas e responsabilidades. Mas um cidadão ou cidadã que saiba se comunicar nos mais diferentes níveis, dialogar num mundo interativo e interdependente, impregnado dos instrumentos de sua cultura, utilizando-os para sua emancipação, transformação, libertação e transcendência. Acreditamos que caberá à educação desenvolver competências fundamentais no sentido de capacitá-lo para assumir o comando da própria vida, para uma participação mais direta, efetiva e responsável na vida em sociedade. Educá-lo para que seja membro de uma cultura moderna, capaz de integrar o sistema produtivo fazendo uso dos insumos e produzindo em harmonia com o seu meio natural e social. Educá-la para que seja um consumidor consciente, capaz de tomar posse das informações produzidas no mundo e que afetam sua vida como cidadã. (Moraes, 1999, p. 123).

Graças à criação de novas ferramentas didáticas de ensino, o professor pode elaborar atividades que proporcionem ao aluno acesso ao conteúdo em qualquer lugar, bastando ter um *smartphone* com internet. Observa-se que a criação de novas formas de tornar o aprendizado mais prazeroso não para. Um exemplo é a nova tendência de ensino chamada de Gamificação,

muito utilizada no processo de ensino-aprendizagem, que tem por finalidade o uso de jogos digitais para estimular o conhecimento, a criatividade e o espírito de equipe dos discentes.

A gamificação ainda está em processo de ascensão na contemporaneidade, sendo um método em fase experimental, pois muitos docentes não possuem habilidades digitais na temática abordada. Para Filatro e Cavalcante (2018)

O termo gamification (traduzido para português por gamificação ou, mais raramente, ludificação) foi utilizado pela primeira vez em 2002 pelo programador britânico Nick Pelling, mas o tema só despertou atenção anos depois, com a publicação do livro *A realidade em jogo: por que os games nos tornam melhores e como eles podem mudar o mundo*, de Jane McGonigal. Desde então, o tema se disseminou principalmente no mundo organizacional, que tem utilizado a gamificação como estratégia de mudança de comportamento dos colaboradores e garantia da eficiência em seus resultados (Filatro; Cavalcanti. 2018, p.162-163).

Para Navarro (2013), essa perspectiva é relevante porque amplia a compreensão da gamificação, mostrando que ela não é apenas uma tendência tecnológica recente, mas algo profundamente enraizado na história e na natureza humana. A abordagem de Navarro sugere que a gamificação, ao utilizar dinâmicas de jogos em contextos diversos, simplesmente formaliza e aplica de maneira deliberada aquilo que sempre esteve presente na forma de viver dos seres humanos. Navarro (2013) afirma:

Ao considerar o jogo inerente ao homem e precedente à cultura, entende-se que os mecanismos dos jogos estão presentes na forma de viver e de se relacionar do ser humano desde o início da civilização. A própria sobrevivência pode ser considerada uma forma de jogar com a vida e, sendo assim, não se pode entender a gamificação como algo novo na sociedade. Assim como o jogo, a gamificação ainda não tem um conceito definitivo e exato, mas vem sendo compreendida por teóricos e desenvolvedores de jogos como a aplicação de elementos, mecanismos, dinâmicas e técnicas de jogos no contexto fora do jogo (Navarro, 2013, p.17).

2.3 Desenvolvimento de Alfabetização e Letramento Digital na EJA

O termo Letramento vem da palavra inglesa *literacy*, que significa a condição de ser letrado, e surgiu no Brasil por volta dos anos 80 com o intuito de promover a leitura e a escrita. Para Pereira (2019, pág. 10) “Os letramentos digitais são competências e práticas individuais e sociais fundamentais para analisar, expor, distribuir e elaborar sentido produtivo nos meios de informação digital”. Segundo Couto (2012) embasado em Soares (2002)

O termo letramento digital define-se como estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e escrita na tela, diferente do estado ou condição do letramento dos que exercem práticas de leitura e de escrita no papel. Com esse conceito está o de alfabetização digital, que tem a sua especificidade. [...] esse termo pode ser utilizado para os alfabetizados e que alcançam o domínio dos códigos que permitem acessar a máquina, manuseá-la e utilizar seus comandos para práticas efetivas de digitação, leitura e produção de mensagens para efeitos de interação à distância ou para leitura de informação ou leitura e escrita de outras linguagens (visuais, sonoras, etc) (Soares, 2002 apud Couto, 2012, p.48).

A alfabetização é o processo de ensino-aprendizagem do sistema alfabético e de suas convenções, estando ligada às instituições escolares e representando, por meio de grafemas, os fonemas da fala. O letramento, por sua vez, refere-se ao sujeito fazendo uso da leitura e escrita no dia a dia. Embora os conceitos de alfabetização e letramento sejam distintos e tenham especificidades quanto aos seus objetos de conhecimento, é importante ressaltar que, na abordagem pedagógica, o ensino da língua escrita, ainda que inicial, deve ser tratado dentro de sua totalidade. Isso significa que a alfabetização deve integrar-se com o desenvolvimento das habilidades de uso do sistema alfabético, com o letramento e com a função social (CEALE, 2002). Para Soares (2002)

A alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (SOARES, 2002, p. 14).

Um dos meios mais utilizados no campo do Letramento e Alfabetização Digital é a internet, sendo um espaço de conexão através de redes sociais, blogs, aplicativos, games, etc., no qual cabe ao leitor definir os conteúdos que são pertinentes. No cenário escolar também não é diferente, sendo atribuída ao docente a responsabilidade de direcionar as metodologias dentro das ferramentas disponíveis. No caso da EJA, as redes sociais tendem a causar um impacto mais eficiente, pois se tornaram algo mais rotineiro e casual para este público.

Além disso, outro aspecto bastante importante neste cenário de habilidades digitais são as multimodalidades, ou seja, por meio de vídeos, frases, animações, produção de sons, uso de cores, ícones e outros recursos, sendo utilizados na formação educacional. Essas ferramentas multimodais permitem um aprendizado mais dinâmico e envolvente, atendendo a diferentes estilos de aprendizagem. Ao integrar diversas formas de comunicação, os educadores podem criar experiências educacionais mais ricas e inclusivas, facilitando a compreensão e a retenção do conteúdo pelos alunos.

2.4 Paulo Freire e as interfaces entre a EJA e as Novas Demandas Tecnológicas

Ao abordar a EJA no Brasil, não há como deixar de mencionar Freire. Para muitos educadores e pesquisadores nacionais e internacionais, ele é considerado um dos maiores ícones para o ensino de pessoas que não conseguiram concluir os estudos no tempo correto; para outros, porém, é visto como um utópico fracassado. Marcondes (2018a) descreve que os

Autores estrangeiros encontraram na obra de Freire subsídios teóricos e práticos para reconceituar o campo do currículo (1970-1979) que de acordo com Pinar, Reynolds, Slattery e Taubman (1995) – estava sendo considerado, naquele momento, tradicional, tecnicista” (Marcondes, 2018a, p.978).

Castro (2017) apoia essa argumentação, indicando que a análise do autor se baseia em uma perspectiva crítica sobre a influência duradoura de Freire nas faculdades de Pedagogia, onde ele continua sendo amplamente citado e estudado. Para Castro

Durante décadas, Paulo Freire foi a referência incontestável da educação brasileira. Ainda hoje, ele não tem concorrentes em número de citações nas faculdades de Pedagogia. Mas, se merece crédito por ter chamado atenção para o problema do analfabetismo no país, Freire adotou um viés ideológico que já era problemático nos anos 1960 e não pode ser tomado como referência nos dias de hoje (Castro, 2017, p.1).

Sobre Paulo Freire, é importante ressaltar que ele poderia ter seguido uma carreira como jurista e realizar visitas, quem sabe a famílias mais abastadas do nordeste brasileiro, oferecendo seus serviços jurídicos. No entanto, ao contrário disso, optou por seguir o caminho mais difícil, o da Educação, o que lhe rendeu muitos prêmios, mas também muitos dissabores, como perseguições, prisões e exílio. Talvez este último tenha sido o golpe mais forte em sua missão de levar a educação às partes mais carentes da população, especialmente os jovens e adultos. A figura 4 mostra a imagem de Paulo Freire.

Figura 4 - Paulo Freire



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=5yRyAXPXHmA&t=142s&ab_channel=TVUnicamp. 2024

Quando Freire viajou para Angicos, no interior do Rio Grande do Norte, no final de 1962 para alfabetizar 380 trabalhadores do campo, ele deixou um exemplo de que sim, é possível reverter uma situação muito adversa. A alfabetização de 380 pessoas nordestinas de meia idade em poucos meses, no projeto conhecido como as Quarenta Horas de Angicos, é um marco no processo de alfabetização de jovens e adultos. Isso porque chama a atenção pela evocação e implementação das vivências dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, tornando o aprendiz o protagonista. Segundo ele, ninguém é uma "tábua vazia"; cada um de nós carrega consigo conhecimentos diversos, e estes devem ser explorados nos bancos da escola.

Conforme nos descreve Freire (1989, p.39) “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”. A escola deve ser o palco das interações que temos na vida; não existe escola viva com cerceamento de qualquer uma das partes que a envolvem. Portanto, nesse aspecto, o professor pode atingir voos mais altos se optar por ser um facilitador do conhecimento, um mediador. Sendo assim, a promoção de seres pensantes, dinâmicos e, acima de tudo, críticos é inevitável. De fato, o papel da escola, além de instruir e direcionar para o mundo do trabalho, é fazer pensar.

Freire (1979, p. 30-31) não se conforma com a educação passiva e nos sugere: “Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias”. Vimos através de algumas nuances dos trabalhos freireanos que ele não se inquieta com uma educação "morosa", a qual ele mesmo define como bancária. Para Freire, a educação deve ser um processo ativo e participativo, no qual os alunos são incentivados a questionar e refletir criticamente sobre o mundo ao seu redor. Dessa forma, a educação torna-se um meio de emancipação e transformação social.

Nos dias de hoje, com o incremento das tecnologias ao ensino, qual seria o posicionamento de Freire? Na nossa condição humana, é difícil prever o comportamento do outro diante de uma determinada situação, mas como negar o trabalho de toda uma vida? Como não acreditar naquilo que foi defendido de forma ferrenha para garantir o direito à educação daqueles que mais precisam? A morte não leva para a lápide os pensamentos e o legado de uma vida; eles são eternos e estão misturados com aquele que os defendeu. Portanto, nesse caso, é possível ousar afirmar que Freire estaria sim inconformado com a nova situação de separação, a exclusão digital. Seria triste para ele perceber que, depois de tantos anos de luta contra o

analfabetismo formal, este persiste, agora trazendo consigo o analfabetismo digital. Qual seria, então, um caminho para minimizarmos os impactos catastróficos da negação do conhecimento nos modelos atuais?

O professor em nosso país deve lembrar que, além de transmitir conhecimento, ele também é um promotor de sonhos. Por meio de palavras e atitudes, pode retirar um aluno do abismo mais profundo e levá-lo ao topo mais alto de uma montanha. Porém, o contrário também é verdadeiro. Assim como Freire, não podemos nos conformar com a situação posta. Devemos, enquanto educadores, criar propostas de ensino que rompam os paradigmas das atuais dificuldades. Devemos incluir os alunos em todas elas e buscar alternativas que desafiem essas imposições, como parcerias público-privadas, campanhas de doação de eletrônicos, visitas aos laboratórios de informática das universidades, reivindicação junto às autoridades por espaços e aparelhos eletroeletrônicos, bem como promover projetos que tragam à tona a realidade dos alunos inseridos no novo contexto digital.

Convém ressaltar que entre os autores deste texto há docentes que atuam na EJA e vivenciam a realidade aqui relatada em seu dia a dia, principalmente em relação às questões estruturais que são de fundamental importância para o desempenho do trabalho em sala de aula ou nos ambientes virtuais. Talvez não consigamos reverter toda a situação da exclusão digital, mas com certeza estaremos minimizando seus impactos e fazendo desta nação um país com mais oportunidades.

2.5 Educação de Jovens e Adultos diante dos Desafios da Era Digital

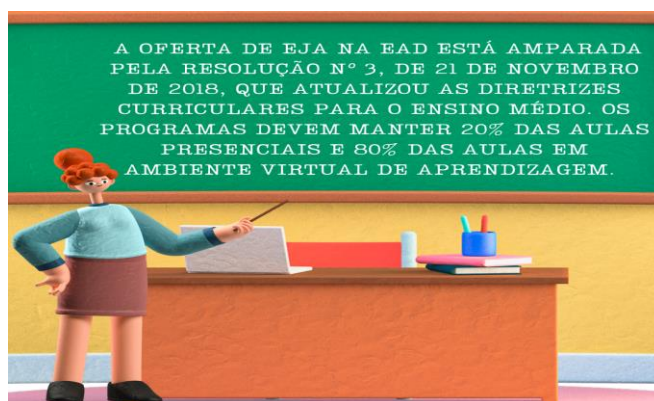
A EJA é uma modalidade de ensino com particularidades especiais, que nos faz questionar sobre o que há de novo, o que tem sido feito em prol dos alunos que buscam oportunidades de melhoria de vida? Além dos diversos desafios já conhecidos, como trabalhar durante o dia e estudar à noite, e retomar os estudos depois de anos, os alunos da EJA agora têm outro desafio: as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). Sim, elas estão se fazendo presentes no dia a dia desses estudantes.

A notícia mais recente é que já é uma realidade: encontramos ofertas de EJA na modalidade Educação a Distância (EAD). E elas são cada vez mais comuns, como o Programa de Educação de Jovens e Adultos - EJATEC, ofertado pela Secretaria da Educação (SEDUC) na rede pública do Estado de Goiás, e o Serviço Social do Comércio - SESC, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC. Outro fator importante é que há legislação para oferta de EJA na EAD, amparada pela Resolução nº 3, de 21 de novembro de

2018, que atualizou as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. De acordo com essa resolução, os programas devem manter 20% das aulas presenciais e 80% das aulas em Ambiente Virtual de Aprendizagem.

A Figura 5 representa a Legislação da EJA no formato de Educação a Distância. Atualmente, é possível encontrar ofertas de matrícula em instituições de ensino públicas e privadas em sites de busca. Diante disso, surge a questão sobre se essas instituições estão preparadas para receber esses alunos e se os alunos têm acesso à internet e estão incluídos digitalmente. Como já mencionado, é amplamente reconhecido que uma parte significativa da população não tem acesso às inovações tecnológicas. Para responder a essa questão, seria necessário realizar uma investigação *in loco*, incluindo entrevistas com profissionais e alunos.

Figura 5: Legislação EJA EAD



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

2.6 Educação de Jovens e Adultos e a Promoção dos Direitos Humanos

No contexto histórico-social do Brasil, há muitos episódios de genocídios contra afrodescendentes e indígenas, que remontam ao período colonial. Esses eventos incluíram a escravidão de milhões de africanos e a dizimação de povos indígenas. No entanto, é possível observar avanços na sociedade devido às lutas e aos fortes movimentos pró-sociais, influenciados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Movimentos sociais, legislações e políticas públicas têm desempenhado um papel crucial na promoção da igualdade e na busca por justiça. Apesar dos progressos, desafios persistem, exigindo um compromisso contínuo com os direitos humanos e a justiça social.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em 10 de dezembro de 1948, foi um marco mundial em prol da paz mundial e dos princípios básicos que norteiam para uma

qualidade de vida digna e convivência democrática. O artigo 26 da referida Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) relata que:

- 1 Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnica-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito;
- 2 A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância, a amizade entre todas as nações e grupos raciais, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz;
- 3 Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

Benevides (2007) reflete sobre a pesada herança da escravidão, destacando que, durante o período colonial, africanos e seus descendentes eram vistos como propriedades, não como pessoas com direitos. Essa desumanização justificava a negação de direitos básicos e evidenciava a profunda desigualdade da época. O autor enfatiza que reconhecer essa desumanização é crucial para entender as persistentes desigualdades e discriminações na sociedade atual e para abordar as consequências desse legado histórico na busca por equidade e justiça social. Dessa forma, segundo Benevides (2007):

400 anos de escravidão é uma herança muito pesada. Os senhores fidalgos consideravam que o negro africano, e seus descendentes, não tinham direitos porque não os mereciam, e não os mereciam porque não eram pessoas, mas sim “propriedade”, sobre a qual valia apenas “a lei” dos donos. Ou seja, prevalecia a noção de que “ser pessoa e ter direitos” – a começar pelo direito à vida – dependia de certas condições, como o lugar onde se nasceu, a cor da pele e as relações de poder vigentes (Benevides, 2007, p. 335).

Comparato (1997) argumenta que os direitos humanos têm como fundamento a dignidade humana, ou seja, as características essenciais que nos definem como seres humanos. Segundo a antropologia filosófica contemporânea, essas características incluem a liberdade, fonte da vida ética; a autoconsciência; a sociabilidade; a historicidade e a unicidade existencial do ser humano. Tais características são consideradas universais da pessoa humana, legitimando assim a ideia de direitos universais para todos os seres humanos. A partir desses elementos que nos tornam humanos, pode-se refletir sobre a importância da proposta educacional de Paulo Freire (1987) na construção de nossa humanidade.

Diante desse cenário, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas comunidades indígenas e quilombolas desempenha um papel crucial no empoderamento desses povos, pois proporciona um equilíbrio nas relações com a sociedade. Ao fornecer conhecimento sobre as

leis e as dinâmicas que regem o mundo não indígena, capacita os indígenas a defenderem seus direitos de forma mais eficaz (Torquato, 2022). Além disso, a EJA promove o resgate e a valorização das culturas locais, fortalecendo a identidade e a coesão comunitária. Esse processo educacional também contribui para uma maior visibilidade das demandas dessas comunidades no cenário nacional.

Assim como é fundamental destacar o papel da EJA em projetos direcionados a homens e mulheres trans e travestis como um meio de resgate da cidadania e da dignidade. Assim como para a comunidade carcerária, a EJA representa uma oportunidade para ampliar o vocabulário, romper barreiras sociais e se capacitar para uma participação mais efetiva na sociedade. Esse processo não apenas resgata a autoestima, mas também ajuda a superar o estigma do analfabetismo ou da baixa escolaridade, além do estigma associado à diversidade sexual (Torquato, 2022).

A EJA também atua com pessoas que possuem deficiência física e/ou cognitiva e foram excluídas da escola, privadas de oportunidades de aprendizado formal e desenvolvimento humano. Com o apoio de movimentos internacionais e leis como a LDB de 1996, o Brasil reconhece e implementa gradualmente o direito à educação inclusiva para essa população. A compreensão da educação como um direito humano é enfatizada em documentos nacionais e internacionais. A EJA aborda uma ampla gama de diversidades, incluindo questões étnico-raciais, de gênero, geracionais, culturais, regionais, geográficas, de orientação sexual e de condições físicas e mentais. É essencial criar políticas públicas para superar essas desigualdades, resgatando a dignidade humana e garantindo os direitos fundamentais dessas pessoas (Torquato, 2022).

2.7 Concepções contemporâneas das Dificuldades e Desafios da EJA na Era Digital: A Evolução das Tecnologias no Processo de Ensino-aprendizagem

As Tecnologias Digitais de Comunicação e Informatização (TDCIs) são essenciais na modernização dos processos educacionais, principalmente na EJA, promovendo o acesso à informação, a comunicação e a colaboração entre professores, alunos e gestores (Moran, 2015). A evolução da educação, desde a Educação 1.0 até a revolução da Educação 4.0, ilustra transformações significativas impulsionadas pelos avanços tecnológicos e pelas necessidades da sociedade atual (Lamattina, 2023). Esses progressos não apenas alteram a maneira como o conhecimento é transmitido, mas também reformulam as práticas pedagógicas e administrativas, criando um ambiente de aprendizado mais coeso e eficiente.

A Educação 1.0, ou ensino tradicional, destacava o professor como a principal fonte de conhecimento, transmitido através de aulas expositivas e palestras, com pouca interação e participação dos alunos. O processo de aprendizagem era linear e unidirecional, com os recursos educacionais limitados a livros e materiais impressos, tornando a biblioteca fundamental para o acesso ao conhecimento. Embora tenha sido crucial em sua época, a Educação 1.0 apresentava limitações, como a falta de consideração pela diversidade de estilos de aprendizagem, ausência de incentivo à participação ativa e falta de desenvolvimento de habilidades além do conhecimento teórico. A abordagem unidirecional restringia a exploração de interesses pessoais e o desenvolvimento de habilidades críticas e de resolução de problemas, com ênfase em avaliações baseadas na memorização (Lamattina, 2023).

A Educação 2.0 promoveu maior interatividade entre alunos e professores, aproveitando tecnologias digitais para criar fóruns de discussão online, chats e grupos de estudo virtuais. Isso permitiu aos estudantes compartilhar ideias, realizar projetos conjuntos, receber feedback e engajar-se em ambientes colaborativos, mesmo à distância. No entanto, essa abordagem enfrentou desafios, como a desigualdade no acesso à internet e a necessidade de desenvolver competências digitais para um uso efetivo e seguro das tecnologias educacionais. Apesar dessas dificuldades, a Educação 2.0 representou um avanço significativo, proporcionando aos alunos acesso a um vasto mundo de conhecimento e tornando-os mais independentes e engajados, enquanto ofereceu aos professores ferramentas poderosas para enriquecer suas aulas e atender às necessidades individuais dos alunos (Lamattina, 2023).

A Educação 3.0 trouxe uma mudança significativa ao destacar a singularidade de cada aluno e suas diferentes formas de aprendizado. As salas de aula se tornaram mais colaborativas, com foco na aprendizagem ativa e na resolução de problemas, promovendo interação entre alunos e professores. Tecnologias avançadas, como plataformas de aprendizado adaptativo e análise de dados, foram implementadas para personalizar o ensino e monitorar o progresso individual dos estudantes. Essas plataformas utilizaram algoritmos para fornecer conteúdos e atividades personalizadas, enquanto a análise de dados ajudou a identificar pontos fortes e fracos, permitindo ajustes no ensino e intervenções direcionadas. Além disso, a Educação 3.0 enfatizou o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como inteligência emocional e trabalho em equipe, reconhecendo sua importância para enfrentar os desafios do mundo moderno (Lamattina, 2023).

A Educação 4.0 representa uma transformação radical no ensino, impulsionada pela revolução digital e pela rápida evolução tecnológica. Tecnologias disruptivas, como inteligência artificial, realidade virtual/aumentada, internet das coisas (IoT) e aprendizado de

máquina, estão reformulando o cenário educacional, criando salas de aula interativas e imersivas com acesso a recursos de alta qualidade, independentemente da localização. Esse modelo prepara os alunos para os desafios do século XXI, como pensamento crítico, resolução de problemas complexos e colaboração global (LUCKIN *et al.*, 2016). O papel do professor evolui de transmissor de conhecimento para facilitador do aprendizado, orientando os alunos na navegação por vastas informações. Além disso, a Educação 4.0 promove a aprendizagem ao longo da vida, incentivando a adaptação contínua e a atualização das habilidades em resposta às mudanças e avanços no conhecimento (Lamattina, 2023).

Russell e Norvig (2013) discutem outro mecanismo tecnológico que tem ganhado destaque no campo educacional: as Inteligências Artificiais (IA). Eles explicam que, ao desenvolver sistemas e algoritmos que realizam tarefas exigidas pela inteligência humana, como aprendizado e tomada de decisão, de forma autônoma, a IA se torna uma ferramenta poderosa. Seus fundamentos incluem a Ciência da Computação, com técnicas de programação e algoritmos; Matemática e Estatística, que fornecem conceitos como álgebra linear e probabilidade; Lógica e Raciocínio, que tratam da inferência e raciocínio lógico; Teoria da Informação, que avalia a eficiência da comunicação; e Neurociência Computacional, que investiga o funcionamento do cérebro humano. Esses conceitos formam a base para o desenvolvimento de sistemas inteligentes.

Nesse contexto, Lamattina (2023) destaca diversas práticas de Inteligência Artificial na rotina educacional. Entre elas estão: *Google Classroom*, que facilita o gerenciamento de turmas, a atribuição e avaliação de trabalhos, e a comunicação entre professores e alunos; *Duolingo*, que promove o ensino de línguas estrangeiras e a prática de habilidades de leitura, escrita, audição e fala; *Grammarly*, que ajuda na melhoria da redação dos estudantes e na verificação de trabalhos e documentos; *Quizlet*, que apoia o estudo de vocabulário, conceitos e outros materiais; *ChatGPT*, para consultas e elaboração de Atividades estudantis; e *Knewton*, que personaliza o ensino e analisa o desempenho dos alunos. Essas ferramentas, ao incorporar IA, potencializam o processo de aprendizado e oferecem suporte personalizado para atender às necessidades individuais dos alunos, facilitando a adaptação e evolução contínua no ambiente educacional.

Essas ferramentas de IA não apenas simplificam e automatizam processos administrativos, mas também oferecem *insights* valiosos que também podem transformar a gestão educacional na EJA. O *Slackbot*, ao automatizar respostas e agendamentos, libera tempo para que a equipe se concentre em atividades mais estratégicas. O *Tableau* e o *Power BI* proporcionam análises detalhadas que ajudam a identificar áreas de melhoria e a adaptar

estratégias educacionais baseadas em dados concretos. Já o *Microsoft Teams*, ao promover uma comunicação mais eficiente, facilita a colaboração entre diferentes setores da instituição. No geral, a integração dessas tecnologias aprimora a eficiência operacional e apoia uma abordagem mais informada e colaborativa na gestão educacional (Lamattina, 2023).

Nesse contexto, Sérgio Haddad, renomado especialista em educação e políticas educacionais no Brasil, com uma contribuição significativa para a discussão sobre inclusão digital e os desafios enfrentados pela educação contemporânea. Em seu livro *Educação e Desigualdade: Desafios e Perspectivas* (2018), Haddad examina como a inclusão digital se entrelaça com questões de desigualdade educacional, proporcionando uma análise crítica sobre como as tecnologias podem influenciar e, por vezes, acirrar as disparidades existentes. Seus *insights* são particularmente relevantes para a EJA, pois abordam como a digitalização pode impactar o acesso e a qualidade do ensino para adultos, destacando tanto as oportunidades quanto as limitações que surgem com a implementação de tecnologias no contexto da EJA. Haddad oferece uma perspectiva abrangente sobre as políticas necessárias para garantir que a inclusão digital contribua para uma educação mais equitativa e eficaz para todos os alunos.

Mário Sérgio Cortella é um autor amplamente reconhecido por suas reflexões sobre a educação em contextos modernos. Embora sua obra *O que é Educação* (2017) não se concentre especificamente na EJA, Cortella oferece uma análise profunda das questões contemporâneas da educação, incluindo a integração digital. Ele explora como as tecnologias digitais podem transformar o ensino e a aprendizagem, abordando temas como a adaptação das práticas pedagógicas às novas realidades tecnológicas. Os *insights* de Cortella são valiosos para a EJA, pois fornecem uma base para entender como a digitalização pode ser incorporada ao ensino para adultos, considerando as oportunidades e os desafios que isso envolve. Suas ideias podem ajudar a moldar estratégias para uma educação mais adaptada e inclusiva, promovendo uma integração mais eficaz das tecnologias digitais.

José Manuel Moran é um autor de destaque na discussão sobre a transformação digital na educação, abordando como as novas tecnologias impactam o ensino e a aprendizagem. Em seu livro *Educação e Novas Tecnologias: Desafios e Perspectivas* (2019), Moran explora como a digitalização está reformulando os paradigmas educacionais, oferecendo uma análise detalhada dos desafios e das oportunidades que surgem com a integração das tecnologias digitais. Embora o foco do livro não seja exclusivamente na EJA, Moran discute questões que são altamente relevantes para essa modalidade, como a necessidade de adaptar metodologias de ensino às novas ferramentas digitais e como superar barreiras tecnológicas e sociais. Seus *insights* são fundamentais para compreender como a EJA pode se beneficiar da transformação

digital, proporcionando estratégias e reflexões para uma implementação mais eficaz e inclusiva das tecnologias na educação para adultos.

Luciana Savi é uma pesquisadora que se dedica ao estudo do uso das tecnologias digitais na educação, e sua obra *Tecnologias Digitais e Educação: Desafios para a Inclusão* (2020) é particularmente relevante para a EJA. Savi analisa como as ferramentas digitais podem ser integradas ao ensino e discute as dificuldades enfrentadas pelos alunos da EJA nesse contexto. Ela aborda questões como a falta de infraestrutura tecnológica, as disparidades no acesso às tecnologias e as necessidades específicas dos alunos adultos. Seu trabalho oferece uma visão crítica sobre como superar essas barreiras e promover uma educação mais inclusiva e equitativa. As estratégias e soluções propostas por Savi são essenciais para a adaptação da EJA às exigências da Era Digital, garantindo que todos os alunos tenham a oportunidade de se beneficiar das tecnologias digitais no processo educativo.

Raquel S. P. de Almeida é uma pesquisadora que se concentra na EJA, com um enfoque específico nos aspectos da digitalização e seus impactos. Em seu livro *Educação de Jovens e Adultos na Era Digital: Desafios e Possibilidades* (2021), Almeida explora como a era digital está influenciando a EJA, oferecendo uma análise crítica dos desafios e das oportunidades que surgem com a integração das tecnologias digitais nesse contexto. Ela investiga questões como o acesso desigual às tecnologias, a adequação das práticas pedagógicas às novas ferramentas e o impacto da digitalização na participação e no aprendizado dos alunos adultos. A pesquisa de Almeida proporciona uma compreensão aprofundada das implicações da digitalização para a EJA, destacando a necessidade de desenvolver estratégias eficazes para superar as barreiras tecnológicas e promover uma educação mais inclusiva e adaptada às necessidades dos estudantes adultos.

Célia Azevedo é uma pesquisadora que se concentra nas interseções entre educação, inclusão digital e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em sua obra *Educação e Inclusão Digital: Perspectivas para a EJA* (2022), Azevedo investiga como a inclusão digital pode impactar a EJA, oferecendo uma análise detalhada das oportunidades e desafios que surgem com a integração das tecnologias digitais nesse contexto. Ela discute como as ferramentas digitais podem ser utilizadas para melhorar a acessibilidade e a eficácia do ensino para adultos, e explora estratégias para superar as barreiras tecnológicas e sociais que muitas vezes limitam a participação e o aprendizado dos alunos na EJA. Azevedo contribui para um entendimento mais profundo de como as tecnologias podem ser aproveitadas para promover uma educação mais inclusiva e adaptada às necessidades dos estudantes adultos.

Dessa forma, as Tecnologias Digitais de Comunicação e Informatização (TDCIs) são cruciais para a modernização da educação, especialmente na EJA, promovendo acesso e colaboração, conforme destaca Moran (2015). A evolução da Educação, desde a 1.0 até a 4.0, ilustra como as tecnologias transformaram práticas pedagógicas e administrativas, como descrito por Lamattina (2023). Estudos de Haddad, Cortella, Moran, Savi, Almeida e Azevedo oferecem uma base sólida para compreender o impacto da digitalização na EJA, fornecendo insights e estratégias para uma educação mais inclusiva e adaptada às necessidades dos adultos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise realizada, conclui-se que os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrentam diversos desafios no contexto da Educação Digital. Primeiramente, as disparidades de acesso às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) representam uma barreira significativa, exacerbando as desigualdades socioeconômicas e limitando a inclusão digital. A falta de habilidades tecnológicas entre os alunos e a insuficiente preparação dos professores para integrar essas ferramentas no processo de ensino-aprendizagem agravam ainda mais a situação.

Também identificou-se que a EJA tem desempenhado um papel crucial na educação inclusiva para pessoas com deficiência, assim como para os povos indígenas e do campo, alinhando-se com as leis e políticas públicas que visam garantir a dignidade e os direitos fundamentais para todos, conforme previsto na legislação. Embasado na filosofia “Freireana”, apresentam um compromisso contínuo com a educação e os direitos humanos é essencial para enfrentar desigualdades e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

No contexto social, as TDICs estão presentes em diversos ambientes. Alguns grupos têm acesso privilegiado, enquanto outros, excluídos, não têm a mesma oportunidade. Para desenvolver esta monografia, optei por um percurso amparado pela pesquisa bibliográfica. Realizei o estudo de diferentes autores e busquei relatos de experiências para proporcionar uma leitura mais completa e realista. Este trabalho permitiu confirmar que as TDICs, quando utilizadas adequadamente no espaço escolar, especificamente na EJA, oferecem variadas alternativas de estratégias de ensino e aprendizagem.

Além disso, a análise destacou que a evolução da Educação 1.0, com seu modelo tradicional e unidirecional, deu lugar à Educação 2.0, que introduziu maior interatividade, mas também expôs desafios como a desigualdade no acesso às tecnologias. A Educação 3.0 concentrou-se na personalização e no desenvolvimento de habilidades socioemocionais,

enquanto a Educação 4.0 incorpora tecnologias disruptivas para preparar os alunos para os desafios do século XXI. No entanto, a precariedade da infraestrutura tecnológica em muitas instituições compromete a eficácia da EJA, dificultando a implementação ampla e inclusiva de metodologias digitais. A análise também revelou que, apesar das políticas públicas e diretrizes nacionais existentes, é urgente investir mais e oferecer suporte contínuo para superar esses obstáculos e promover uma educação mais equitativa e eficaz.

Portanto, é fundamental que gestores e formuladores de políticas educativas adotem medidas que promovam a igualdade de acesso às TDICs, capacitação contínua de professores e melhorias na infraestrutura escolar. Essas ações são essenciais para garantir que a EJA cumpra seu papel de oferecer oportunidades educacionais inclusivas e de qualidade, contribuindo assim para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, bem como para o progresso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. S. P. **Educação de Jovens e Adultos na Era Digital: Desafios e Possibilidades**. Editora ABC, 2021.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

AZEVEDO, C. **Educação e Inclusão Digital: Perspectivas para a EJA**. Editora Vozes, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. **Ministério da Educação. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 jun. 2024.

_____. **Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005/2014**. Brasília/DF. Disponível em: <<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

CASTRO, F. A influência de Paulo Freire na educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 22, n. 68, p. 123-134, 2017.

CASTRO, G.A. **Cinco ideias indefensáveis de Paulo Freire**. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/educacao/cinco-ideias-indefensaveis-de-paulo-freire-0z1mo7zd2a3kpg79729vsihvg>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CEALE. **Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita**. UFMG, 2002.

COMPARATO, F. K. **Fundamentos dos direitos humanos**. IEA, 1997. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/a_pdf/comparato_fundamentos_dh.pdf>. Acesso em: 18 maio 2024.

CORTELLA, M. S. **O que é educação**. Editora Brasiliense, 2017.

CUNHA, A. **A Educação de Jovens e Adultos e o Movimento Brasileiro de Alfabetização**. Escola Brasil. Disponível em: <<https://monografias.brasescola.uol.com.br/historia/a-educacao-jovens-adultos-movimento-brasileiro-alfabetizacao.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948**. Disponível em: <https://brasa.org.br/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwo6GyBhBwEiwAzQTmc_PrfmKFc348JL4WzSACBqitgfA0BJMO3TZt-rT2fgSnW8oAWwId-RoCqhQQA_vD_BwE>. Acesso em: 18 mai. 2024.

FILATRO, A.; CAVALCANTI, C. C. **Metodologias inovativas na educação presencial, a distância e corporativa**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Educação e mudança**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre introdução à pesquisa científica**. 5. ed. rev. e ampl. Campinas: Editora Alínea, 2011. 101 p.

HADDAD, S. **Educação e desigualdade: desafios e perspectivas**. Editora X, 2018.

LAMATTINA, A. A. **Educação 4.0: Transformando o ensino na era digital**. Editora Union, 2023.

LUCKIN, R. *et al.* **Intelligence unleashed: an argument for AI in education**. London: Pearson, 2016.

MARCONDES, M. I. **Paulo Freire da cena Nacional para Internacional: Diálogos sobre currículo e didática com Ira Shor**. In: CANDAU, V. (Org.). *Didática: tecendo/reinventando saberes e práticas*. 1. ed. p. 114-132. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018.

MORAES, M. C. **Novas tendências para o uso das Tecnologias da Informação na Educação**. In: FAZENDA, I. *et al.* *Interdisciplinaridade e novas tecnologias*. Campo Grande: UFMS, 1999. p. 121-154.

MORAN, J. M. **Educação e novas tecnologias: desafios e perspectivas**. Editora Penso, 2019.

NAVARRO, G. **Gamificação: a transformação do conceito do termo jogo no contexto da pós-modernidade**. Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/125459/mod_resource/content/1/gamificacao.pdf>.
Acesso em: 18 mai. 2024.

OLIVEIRA, M. K. **Jovens e Adultos como Sujeitos de Conhecimentos e Aprendizagem**. São Paulo: ANPED - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, n. 12, 1999.

PEREIRA, M. L. M. **Contribuições do letramento digital para o processo de ensino-aprendizagem: desafios de sala de aula**. Monografia apresentada à Universidade Federal do Maranhão. Codó - MA, 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: A Organização Escolar**. 20. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

RUSSELL, S. J.; NORVIG, P. **Inteligência Artificial: Estruturas e Estratégias para a Solução Complexa de Problemas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SAVI, L. **Tecnologias digitais e educação: desafios para a inclusão**. Editora Unesp, 2020.

SOARES, M. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em:
<<https://www.cedes.unicamp.br/>>.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões**. Educar, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR.

TORQUATO, M. S. G. A Educação de Jovens e Adultos e os Direitos Humanos. **Revista Triângulo**, Uberaba - MG, v. 15, n. 1, p. 17–30, 2022. DOI: 10.18554/rt.v15i1.5865.
Disponível em:
<<https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/5865>>.
Acesso em: 18 mai. 2024.